



J o r n a l
do Conselho Regional de Psicologia
Ano 4 · nº 13 Fevereiro 2007

<http://www.crprj.org.br>

VI Congresso Nacional de Psicologia

2007 traz mais uma vez a instância de decisão mais importante do Sistema Conselhos.

Confira nesta edição como você pode participar. – páginas 3 a 9.



CRP-RJ realiza eventos preparatórios para o VI COREP
- Págs. 10 e 11.

Psicólogos do Rio escolhem comissão regional eleitoral - Pág. 12.

Diferença entre contribuição sindical e contribuição confederativa - Pág. 12.

Comissão de Saúde entrevista Adriana Gaudêncio - Págs. 16 e 17.

América Latina se reúne para discutir Psicologia das Emergências e Desastres - Pág. 19.

COE realiza oficina de capacitação para conselheiros e colaboradores do CRP-RJ - Pág. 20.

2007: o ano do VI Congresso Nacional de Psicologia

2007 será um ano muito importante para o Sistema Conselhos. Ele traz novamente sua principal instância de decisão: o Congresso Nacional de Psicologia. Mais uma vez os psicólogos de todo o Brasil poderão sugerir mudanças nas políticas do Sistema Conselhos e na própria regulamentação da profissão. É um momento extremamente importante: está nas mãos dos psicólogos de todo o país fazer com que a psicologia amplie sua participação na transformação da sociedade brasileira, visando uma maior possibilidade de construir respostas efetivas para as necessidades sociais no Brasil.

Os eventos preparatórios para o VI CNP já começaram. Compareça, contribua com idéias e questões. Sua opinião é extremamente importante. Sua presença nos Pré-Congressos também é: da garante que suas propostas possam ser aprovadas e ainda nos dá chance de levar um grande número de delegados para o CNP, em Brasília.

Além disso, no dia 27 de agosto será realizada a eleição para os Conselhos Federais e Regionais. O voto é obrigatório para



todos os psicólogos. Os plenários escolhidos serão responsáveis pelas implementações de todas as decisões tomadas no VI CNP.

O Sistema Conselhos de Psicologia é o único conselho profissional que oferece aos seus afiliados essa oportunidade de discussão e mudança. Mas esta oportunidade não é nada se os profissionais psicólogos não a aproveitarem. Por isso, participe! Vá aos eventos preparatórios, envie suas teses e compareça aos Pré-Congressos. A sua participação nesses Congressos pode influir diretamente na sua prática.

Informações sobre Psicologia por e-mail

O site do CRP-RJ dispõe de uma ferramenta que pode ajudar muito aos estudantes e profissionais que querem se manter sempre atualizados sobre a Psicologia: o informativo eletrônico. Para se inscrever é muito simples: basta clicar no terceiro

banner que fica à direita na página principal do site e informar seu nome e seu endereço eletrônico. Mais de 800 pessoas já estão inscritas no serviço e recebem o boletim a cada semana. Inscreva-se você também!

Erramos

O CRP-RJ errou ao informar a data do VI Congresso Nacional de Psicologia em comunicado enviado aos psicólogos e psicólogas do Rio de Janeiro, em janeiro, para anunciar a data da Assembleia Geral Extraordinária que elegeria a Co-

missão Regional Eleitoral. Na tabela que mostra as datas do calendário de eventos, o evento aparece com realização prevista para os dias 04, 05 e 06 de maio de 2007. A data correta é **14, 15, 16 e 17 de junho de 2007**, em Brasília.

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-05

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280
Tel/Fax: (21) 2139-5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br
site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes - *Presidente* - CRP 05/980
Marília Alvares Lessa - *Vice-presidente* - CRP 05/1773
Maria Christina Magalhães Orrico - *Secretária* - CRP 05/927
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - *Tesoureiro* - CRP 05/26077

Membros Efetivos:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697
Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/465
Cecília Maria Bouças Coimbra - CRP 05/1780
Fabiana Castelo Valadares - CRP 05/28553
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo - CRP 05/2346
Maria Beatriz Sá Leitão - CRP- 05/3862
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Nélio Zuccaro - CRP 05/1638
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564

Membros Suplentes:

Ana Paola Frare - CRP 05/26474
Carla Silva Barbosa - CRP 05/29635
Cynthia Maria da Costa Losa da - CRP 05/16800
Marcos Carlos Adissi - CRP 05/28455
Mônica Maria Raphael da Roza - CRP 05/22833
Paula Rebello Magalhães de Oliveira - CRP 05/23924
Queiti Batista Moreira Oliveira - CRP 05/29630
Sílvia Helena Santos do Amaral - CRP 05/10287
Valéria da Hora Bessa - CRP 05/28117
Valéria Marques de Oliveira - CRP 05/12410
Walter Melo Júnior - CRP 05/19407

Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos
Cecília Maria Bouças Coimbra
Maria Beatriz Sá Leitão

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTB 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Carolina Selvatici
Jean Souza (estagiário)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Ediouro Gráfica e Editora S/A

Tiragem

26.000 exemplares

Periodicidade

Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

O Congresso Nacional de Psicologia

A cada três anos, os psicólogos brasileiros são convidados a repensar sua prática profissional, sua organização enquanto profissão regulamentada e ainda a propor metas, questões e sugestões para o Sistema Conselhos de Psicologia. O ano de 2007 traz mais uma vez esse momento de discussão e reflexão, congregando e estimulando todos os psicólogos do país a debater, através de seus representantes, as questões mais importantes da profissão no VI Congresso Nacional de Psicologia (CNP).

O CNP é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia. Formado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelos Conselhos Regionais (CRPs), o Sistema Conselhos tem por objetivo orientar e fiscalizar a profissão de psicólogo; zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. É nos CNPs que são decididas as ações que deverão ser implementadas por todo o Sistema.

Resultado de amplos debates, os CNPs encerram um período de intensa mobilização no regionais (leia box no final da pág. 4). Estes Congressos reúnem delegados eleitos em todos os regionais, que discutem e aprovam as diretrizes políticas que deverão ser implementadas por todo o Sistema Conselhos no triênio seguinte. Nos CNPs, as ações dos Conselhos serão discutidas de forma ampla, com a participação de delegados eleitos nos congressos regionais. É importante observar que o Sistema Conselhos de Psicologia é o único conselho profissional que



se organiza desta maneira, democraticamente, convocando a categoria a decidir os novos rumos políticos da profissão.

Para se ter uma ideia da importância do CNP no dia-a-dia dos psicólogos, vale lembrar algumas das resoluções tomadas durante os Congressos, como a instituição das Assembléias de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), a segunda instância deliberativa mais importante do Sistema Conselhos, em 1996; a

revisão do Código de Ética, decidida em 2001, e a criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) no último CNP, em 2004.

Cada Congresso Nacional é antecedido pelos Congressos Regionais de Psicologia (COREPs), realizados em todo o Brasil por cada

CRP. É nos COREPs que são escolhidas as “teses”, ou seja, propostas que cada região levará para a apreciação e votação por delegados de

tudo o Brasil durante o CNP. É também nos COREPs que os delegados que representarão cada região são eleitos.

Para que as teses votadas nos COREPs sejam elaboradas, discutidas e reunidas, cada Congresso Regional é também antecedido por eventos preparatórios e pré-Congressos. Durante os eventos prepara-

tórios, cuja função é mobilizar a categoria, diversos temas de discussão são levantados através de palestras, mesas redondas e debates com a participação de todos os psicólogos interessados. Os psi-

cólogos podem então apresentar as teses, propondo, por exemplo, mudanças na legislação da profissão, atuação dos psicólogos em diversos campos ou a criação de novas ferramentas para o Sistema Conselhos (leia box pag. 4).

Em seguida, essas teses são levadas aos pré-Congressos, que têm a função de votá-las, propondo ou não alterações. Estes eventos são realizados por áreas geográficas. No Rio de Janeiro, por exemplo, eles serão realizados em seis áreas

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

diferentes: capital; Leste Fluminense; Região Serana; Baixada Fluminense; Médio Paraíba e Norte Fluminense. Nos pré-congressos também são eleitos os delegados que irão participar dos COREPs e que poderão concorrer a uma vaga na delegação que irá à Brasília, participar do CNP (leia box pág. 5).

Outra função importante dos COREPs e do CNP é que nelas finda o prazo para a inscrição das chapas que concorrerão às novas gestões do Sistema Conselhos. As inscrições para concorrer aos plênários dos regionais finaliza nos COREPs e para o plênário do CFP no Congresso Nacional de Psicologia. Os Congressos também dão início ao período de campanha, que termina com a realização da eleição, no dia 27 de agosto, data de comemoração do Dia do Psicólogo (veja box pág. 5 embaixo).

Este ano, o VI Congresso Nacional de Psicologia tem como tema “Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão”. Segundo a comissão organizadora do CNP, o tema pretende incentivar os psicólogos

Inscrição de teses

Como afirmamos anteriormente, é de extrema importância que todos os psicólogos participem dos COREPs e do CNP, comparecendo aos eventos e enviando teses. Mas, antes de qualquer apresentação de propostas é necessário esclarecer: o que é uma tese e como enviá-la?

Segundo o regulamento do VI CNP, que pode ser encontrado no site www.pol.org.br/vicnp, a tese é uma proposta que inclui a análise da realidade da Psicologia e o apontamento das urgências e necessidades, as diretrizes que estão sendo indicadas e as sugestões de ações que buscam garantir a situação desejada. Ou seja, podemos afirmar que as teses apre-

sentadas ao VI CNP constituirão indicações de ação para o Sistema Conselhos de Psicologia. Neste sentido, tais propostas interferem diretamente na política do Sistema.

Apenas profissionais psicólogos podem apresentar teses. Para que a apresentação destas propostas seja feita de forma clara, foi elaborada uma ficha de inscrição. Quem tiver interesse e participar pode acessá-la no site www.crprj.org.br/corep. Basta clicar no banner “Inscrição de Teses” e preencher o formulário. As inscrições para apresentação de teses para o VI Congresso Nacional de Psicologia já estão abertas. Participe!

“a entrar em cena na realidade brasileira de forma comprometida, exercendo um trabalho qualificado e ético”.

Foram propostos três eixos de discussão dentro do tema do VI CNP. Cada um dos eixos pretende abrir espaço para diferentes debates, ga-

rantindo que o objetivo do Congresso seja alcançado. Assim, no primeiro eixo, chamado “Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos”, cabem discussões e propostas que se referem à reformulação ou criação de estratégias democráticas voltadas para o funcionamento do Sistema

O I Congresso Nacional de Psicologia

O primeiro CNP nasceu como resultado do Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos. Reunidos em Belo Horizonte, entre 25 e 27 de outubro de 1991, o Plenário do CFP e todos os plenários dos CRPs discutiram a necessidade da existência do Sistema Conselhos e como deveria ser a estrutura desta entidade.

A partir desta discussão foi instalado o Processo Constituinte da Psicologia Brasileira. Foram três anos de debates, durante os quais os psicólogos pensaram sobre si mesmos, sobre o seu exercício profissional, sua formação e sobre suas entidades representativas. O processo culminou na realização do Congresso Constituinte da Psicologia, que aconteceu em Campos do Jordão, dos dias 25 a 28 de agosto de 1994.

Intitulado de Processo Constituinte “Representando a Psicologia”, o encontro tinha como objetivo a reconstrução do CFP e dos CRPs. Pela primeira vez, os psicólogos puderam, a partir de suas próprias proposições, indicar o rumo que a Psicologia deveria tomar no país e a forma de organização deste campo. Este encontro, ao seu final, tornou-se o I Congresso Nacional da Psicologia (I CNP).

Foi o I CNP que estabeleceu as eleições diretas para a composição dos plênários do Conselho Federal de Psicologia, antes compostos por representantes eleitos de cada regional. O I Congresso também estabeleceu a duração da gestão do CFP e dos CRPs: três anos.

Depois do I Congresso, foram realizados



CNP em 1996 e 1998. A partir daí, os congressos passaram a ser realizados em três anos, ao final das gestões dos diversos Plênários e antecedendo as eleições para os Conselhos de Psicologia.

A escolha dos delegados

A organização do CNP estabelece que cada regional pode levar à Brasília um número máximo de 20 delegados. Este número corresponde a um oitavo do número máximo de delegados permitidos no COREP: 160. Podem ser eleitos como delegados apenas psicólogos regularmente inscritos, ou seja, aqueles com inscrição ativa e com as anuidades em dia.

O número de delegados que poderão ir ao COREP dependerá do número de profissionais psicólogos que estarão presentes nos pré-Congressos. Ou seja, até que se atinja o número máximo permitido, quanto maior for a presença de psicólogos, maior será o número de dele-

gados de cada região que poderá ir ao Congresso Regional. Do mesmo modo, quanto maior o número de delegados presentes no COREP, maior a delegação que poderá ir ao CNP e maior será a influência do regional sobre a aprovação ou rejeição das teses.

A porcentagem de delegados de cada região também é definida pelo número de psicólogos inscritos no CRP. Regiões com o maior número de psicólogos terão direito a levar mais delegados. Assim, no Rio, por exemplo, a região que terá direito a mais delegados será a capital, já que ela abriga quase 70% dos psicólogos regularmente inscritos. Em seguida, será a região de Niterói, e assim por diante.

Conselhos. Segundo os organizadores, este eixo é extremamente importante porque, apesar do Sistema Conselhos já ter iniciado este trabalho de democratização da instituição nos anos 90, “democratização é um processo que se faz cotidianamente. Este eixo possibilita que a estrutura dos Conselhos seja novamente objeto de debate, possibilitando também que psicólogos fora das

gestões atuais dos Conselhos Regionais e Federal opinem sobre a instituição”.

No segundo e terceiro eixos, “Diálogos para construção dos projetos coletivos da profissão” e “Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais”, o Sistema Conselhos pretende ouvir os psicólogos sobre as relações entre a Psicologia e as diversas instituições em que ela está

inserida, a fim de construir referências políticas e técnicas que “garantam o desenvolvimento da profissão na direção do projeto do compromisso social”. Nesse sentido, o VI CNP trará a oportunidade de se pensar como a relação com “instituições científicas, outras entidades da psicologia, entidades de outras profissões, movimentos sociais e com o Estado podem ser melhor delineadas”. É uma nova oportunidade de discussão do trabalho que o CREPOP já vem fazendo: o mapeamento da participação dos psicólogos nas políticas públicas, a fim de criar referências para a categoria e contribuir para o debate sobre a construção destas políticas (*leia a entrevista das páginas 6 e 7 e o artigo das páginas 8 e 9 sobre este assunto*).

O VI Congresso Nacional de Psicologia ocorrerá de 14 a 17 de junho, em Brasília. Já o VI Congresso Regional de Psicologia do Rio de Janeiro acontecerá nos dias 4, 5 e 6 de maio, na cidade do Rio de Janeiro. Os eventos preparatórios para o COREP já estão acontecendo e os pré-congressos ocorrerão no mês de março (*veja matérias págs. 10 e 11*). Sua participação é indispensável! Compareça aos eventos e contribua para o incremento e o debate da psicologia como ciência e profissão.

Eleições no Sistema Conselhos de Psicologia

2007 é ano de eleição para o Sistema Conselhos. No dia 27 de agosto, dia do psicólogo, os profissionais de todo o Brasil poderão escolher seus representantes no Conselho Federal de Psicologia e nos Conselhos Regionais. Podem votar os psicólogos regularmente inscritos, ou seja, profissionais com a inscrição ativa e que estejam quites com a tesouraria em relação aos exercícios anteriores, até o dia das eleições.

O processo eleitoral de 2007 é iniciado com a realização de uma Assembleia Geral, que escolhe a Comissão Regional Eleitoral. (*leia matéria da página 12*). Em breve, a comissão eleita publicará o edital indicando o período de ins-



crição de chapas para os CRPs e as exigências para participar destas chapas. Cada chapa terá espaço de divulgação igual nos veículos de comunicação do conselho para que os eleitores possam conhecer.

Zonas eleitorais serão criadas em todo o estado para que todos os psicólogos tenham oportunidade de votar. O voto é individual, secreto e obrigatório. No Rio de Janeiro, será realizado em urnas eletrônicas. O regimento eleitoral já está disponível no site do CRP-RJ. Confira e fique atento a novas informações sobre as eleições. Seja votando ou compondo chapas, sua participação é extremamente importante!

Entrevista com Manoel Mendonça Filho

Manoel Mendonça Filho é psicólogo, professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e membro da Comissão de Direitos Humanos da UFS.

Em entrevista ao jornal do CRP-RJ, Manoel critica a desarticulação entre a universidade e as práticas profissionais cotidianas do psicólogo, comenta a estruturação do Sistema Conselhos e afirma que a idéia de política pública corresponderia a uma aproximação entre as ações de governo e as necessidades das pessoas, propiciando a formação de referências para o planejamento de ações do Estado. Para o psicólogo, 'política pública' seria um instrumento de governabilidade próprio do regime neoliberal.

O senhor poderia definir o que seriam políticas públicas?

No Brasil, 'política pública' é uma noção que ganha um significado específico para marcar um modo de conexão entre o conjunto de órgãos e dispositivos de governo e as iniciativas comunitárias de auto-organização, reivindicação e/ou protesto e oposição. Um modo de conexão que tem, portanto, de um lado os interesses institucionais e do outro os interesses comunitários. Este modo de conexão vem se consolidando, nos últimos 15 anos, com o progressivo aumento da influência de segmentos técnicos, intelectuais e lideranças locais nos organismos de governo, ocorrido com as vitórias político-eleitorais dos partidos ditos de esquerda e seus aliados circunstanciais.

Pode-se dizer que é uma tática de governo idealizada para operacionalizar algo que se via visto como um aperfeiçoamento da democracia representativa e que consistiria em recrutar, cooptar e organizar lideranças surgidas no bojo de movimentos sociais a fim de criar fóruns representativos que tivessem caráter governamental e estivessem, ao mesmo tempo, mais 'próximos da base'. O 'orçamento participativo' foi o dispositivo tático utilizado pelas primeiras experiências de governo do PT (por exemplo, em Santo André, no início da década de 90) e que serviram de incubadora para o significado de 'políticas públicas' que aparece hoje em docu-

mentos governamentais tratando dos mais diferentes assuntos.

Da reforma psiquiátrica ao financiamento da agricultura familiar, a noção de 'políticas públicas' aparece como um marcador que quer sugerir uma aproximação entre as ações de governo e as 'necessidades' das pessoas, necessidades estas que seriam conhecidas, medidas e sistematizadas para que se vissem de referência para o planejamento de ações de governo.

O que significa pensar políticas públicas no contexto em que o Estado é orientado pelo modelo neoliberal de organização econômica?

É interessante o modo como está emuncida esta questão. Repare-se que ela faz crer que 'políticas públicas' pode ser alguma coisa que existiu desde sempre e que assume uma forma específica sob o Estado aqui chamado de neoliberal (prefiro pensar isto que se vem chamando assim como sendo o regime de governo do Estado do Capitalismo Financeiro).

Pois bem, ao menos no Brasil, e creio que é isso que importa aqui, 'políticas públicas' é algo que só existe sob a égide desse 'novo regime' fruto da passagem 'pacífica', 'negociada' e 'gradual' da série de governos militares para governos civis. Tática de transição concebida durante o governo Geisel e que ficou conhecida pela alcunha de 'abertura'. Assim, pelo menos de um ponto de vista de uma história do presente, 'políticas pú-

blicas' é um instrumento de governabilidade próprio do 'regime neoliberal'. Não o único. Evidentemente diferentes formas de expressão estão sempre aí para o caso dos modos sutis não funcionarem.

Como deve ser a prática do psicólogo nesse contexto definido pelo senhor?

Bem, aproveito a oportunidade para responder a essa questão utilizando uma diferenciação entre pelo menos dois modos de como objetivar a 'identidade técnica' psicólogo, que facilitam minha argumentação. Proponho pensar as práticas psi (neste e nos demais contextos marcados pelo que se chamou na questão anterior de regime neoliberal de governo do Estado do Capitalismo Financeiro) de pelo menos dois modos: como prática profissional e como práticas de estudo e pesquisa, relativas ao campo de saber.

O primeiro modo refere-se a implicações específicas com a funcionalidade de processos já estabelecidos ou em vias de estabelecimento que confirmam e reproduzem a máquina societária em seu funcionamento 'normal', quer dizer regular, ordenado, vistos como necessários ao funcionamento de todo o sistema. Neste caso, estamos pensando na função bem estabelecida de práticas profissionais relacionadas com a identificação, normatização, disciplinarização, readaptação e controle de processos afetivo-relacionais e/ou organizacionais em suas dimensões individuais e coletivas. Do ponto de vista dessa identidade profissional não há muito o que pensar, trata-se de buscar acoplamento com o fluxo dominante da organização societária que a constitui, viabiliza e sustenta, tanto economicamente quanto politicamente, buscando ocorrências que solicitem a intervenção 'tecnológica' que estas práticas psi do minam e pelas quais são conhecidas e requisitadas. Acompanhar pacientes terminais, levar a 'escuta' aos presídios, tratar de adolescentes desajustados, equilibrar as relações de trabalho, classificar aptidões e sua adequada vinculação com função e tarefas etc.

O segundo modo de pensar as práticas psi, aquele relativo ao que se chamou aqui de campo de saber, funciona como dimensão de uma atividade mais geral, a qual se pode nomear como *sociomecatrônica* (calma, este é apenas um nome para agrupar significados que pertenciam tradicionalmente ao que se chama ciências humanas, ciências sociais ou humanidades, marcando uma atualização de sentido por conta das mudanças de circunstâncias tanto materiais quanto subjetivas em meio às quais tal atividade se exerce.)

Nessa perspectiva, as práticas psi são uma dimensão de modos de interferência analíticos, e analíticos não por decompõem os seus objetos até encontrar seus elementos constitutivos (este seria o sentido de análise próprio das práticas psi profissionais), analíticos por se caracterizarem por um ‘distanciamento’, no dizer de Norbert Elias, em relação, de novo, ao fluxo dominante da organização societária que a constitui, viabiliza e sustenta, tanto economicamente quanto politicamente. Note-se que será sempre complementar à primeira dimensão, mas nem por isso redutível a ela. Relacionada, como já se disse, ao campo de saber, este funcionamento das práticas psi tramada com atravessamentos do campo de saber da *sociomecatrônica*, pesquisa e problematiza, mais uma vez, processos afetivo-relacionais e/ou organizacionais em suas dimensões individuais e coletivas. Trata-se de um modo de implicação diferenciado, não aderido e que se orienta mais pelo movimento de ida aos limites de potência que de busca de um centro de referência e ancoragem. Em tempo, *ambas as dimensões*, a profissional e a analítica acometem e marcam práticas cotidianas *simultânea e complementarmente*, ainda que mantida as variações de tonalidade.

Quais são as dificuldades e expectativas para o trabalho do psicólogo nesses setores? Deve existir uma orientação política por parte desses profissionais?

Vou aproveitar e colocar em relevo a questão da formação. Tenho ouvido e lido de estudantes de psicologia com experiência de estágios em organizações públicas de prestação de serviços que é preciso repensar a formação. Esses estudantes se sentiram ‘estrangeiros e estranhos’ quando inseridos em campos de atuação profissional coletiva e colocam em questionamento as graduações, por exemplo, a de Psicologia que, a princípio, relaciona-se com tantos outros cursos como Sociologia, Antropologia, Medicina, Filosofia, Administração, Direito, etc.

O máximo contato estabelecido entre esses cursos nas universidades limita-se às disciplinas optativas, o que parece muito pouco. Não é com



esse tipo de formação fragmentada que, em um estalar de dedos, viramos participantes, co-responsáveis, facilitadores depois de um concurso público, que, de certa forma, nem avalia as implicações dos candidatos. Não cabe aqui propor modelos, mas reconhecer que uma formação multi-referencial, de politização, possibilitaria uma maior interlocução entre os profissionais em seus campos de trabalho. As dificuldades encontradas são justamente por essa desarticulação entre a universidade e as práticas do cotidiano.

O que o senhor acha que o Sistema Conselhos de Psicologia tem para contribuir nessa discussão?

Os sistemas não contribuem com nada que

não seja a manutenção mesma de seu próprio funcionamento. É por isso que alguns conjuntos de elementos constituem sistema. Penso como mais potente considerar que não importa no âmbito de que sistema, é sempre interessante e quase sempre possível práticas que desloquem funcionamentos que se apresentam como prontamente justificados e necessários, sejam elas já instituídas ou ‘inovadoras’. Se se consegue espaço de flexibilização da tendência ao absoluto de todo sistema, está-se favorecendo os interesses das pessoas e a crítica ao automatismo. A vantagem, oportuna da ideia de sistema, é a colocação provisória de relações pensadas em rotinas automáticas, que servem como liberação circunstancial de atenção. Isso partindo de que o pensamento se ocupa em explorar outras possibilidades até que a ocorrência de situações analisa doras recoloca a questão automatizada.

A recolocação de uma questão se dá diante de sua defasagem em face às circunstâncias (processo próprio de atualização dos sentidos das categorias de orientação). Quando o pensamento deixa decisões estratégicas a cargo do automatismo do sistema, há vácuo de poder. Além do que se abre o caminho para a violência institucional de oportunismos que justificam a adoção acrítica das rotinas estabelecidas em proveito próprio. Isto sem reatualizar a judicância ético-política sobre os efeitos de tais automatismos e substituindo o conflito de interesses por dogmas morais derivados das fórmulas automatizadas.

A adesão naturalizada a crenças derivadas das rotinas sistêmicas é característica da situação de sobreimplicação, em que já não é possível o pensamento crítico – condição de autonomia do automatismo que tem como efeito uma relação de heteronomia entre as rotinas sistêmicas e as relações cotidianas entre as pessoas. Relativizar o nível de autorização do Sistema Conselhos, eis o que pode contribuir para priorizar o cuidado com os interesses das pessoas em lugar e ter como referência única o ‘cuidar da profissão’.

CREPOP: desafios e soluções

A Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia (APAF) aprovou, em 2005, a criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). As ações do Centro vêm acontecendo desde o início de 2006 e seu principal objetivo é sistematizar e difundir o conhecimento e as práticas psicológicas aplicadas ao setor público estatal do mercado profissional. O CRP-RJ convidou responsáveis técnicos do CREPOP de cinco regionais - 02 (Pernambuco), 05 (Rio de Janeiro), 06 (Minas Gerais), 07 (Rio Grande do Sul) e 13 (Paraíba e Rio Grande do Norte) - para falar sobre as peculiaridades da implantação do Centro em cada um de seus regionais: as dificuldades, as soluções e os desafios futuros.



No CRP-07, do Rio Grande do Sul, não se pode dizer que foi com o CREPOP que se iniciou uma intervenção junto às políticas públicas, pois, como afirma Silvia Giugliani, técnica responsável pelo CREPOP-07: “No sul, a existência, e o pleno funcionamento de uma Comissão de Políticas Públicas desde 2000 explicitam o compromisso assumido por sucessivas gestões, quanto à necessidade de pensar sobre as práticas dos profissionais que vivem o cotidiano da gestão pública”. Silvia afirma ainda que “agora, o que se coloca é um caminho de mão dupla, no qual nos propomos a ir até onde a vida acontece, na busca de dados, onde estão, o que fazem, nos grupos focais, nos encontros, nos fóruns, enfim, a partir de diferentes estratégias, algumas comuns a todos os núcleos regionais, outras atendendo a especificidades locais”.

No CRP-02, em Pernambuco, para divulgar e buscar apoio dos profissionais foi promovida uma palestra sobre o CREPOP. A técnica responsável, Thelma Fernandes, diz que a resposta foi muito boa: “Confesso, fiquei muito entusiasmada com a resposta das pessoas. Visitamos os gestores e psicólogos, do ser tão ao literal. Conversamos com os profissionais e temos um canal aberto de diálogo com todos”.

O CRP-06, em Minas Gerais, após a contratação da Assessora Técnica Déborah Rosária Barbosa, organizou um espaço físico de sistematização das informações e também construiu um “espaço simbólico” dentro do CRP-MG, que foi aos poucos sensibilizando os psicólogos sobre a

importância deste projeto, e da discussão mais ampliada do tema das políticas públicas. Desde então, o maior desafio tem sido realizar um trabalho de forma conjunta, levando em consideração todos os personagens envolvidos nesta construção.

No CRP-13, que reúne psicólogos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, o impacto do CREPOP no regional foi positivo pela aceitação e o comprometimento da diretoria com as ações; o envolvimento da plenária; o resgate da identidade do profissional de psicologia que trabalha com políticas públicas e o reconhecimento de alguns gestores da importância da inserção de psicólogos nas diversas áreas das políticas públicas. Segundo Kátiuska Duarte, técnica do CREPOP no regional, é importante “que se visualize a psicologia a serviço da população como instrumento de mobilização psicossocial e como resgate da auto-estima e da cidadania”.

No CRP-05, do Rio de Janeiro, a implantação do CREPOP contou com total apoio da Plenária e transformou-se em ferramenta da gestão. As primeiras atividades realizadas pela técnica responsável Irene Bulcão foram no sentido de iniciar o georeferenciamento dos psicólogos que atuam em políticas públicas do estado e dos municípios do Rio de Janeiro. Essa é uma das metas do CREPOP e está sendo realizada em todos os núcleos regionais, que também buscam identificar as políticas, os programas e as ações nas quais trabalham psicólogos nos níveis nacional, estadual e municipal.

Uma grande dificuldade encontrada na fase de implantação do CREPOP disse respeito justamente ao contato com gestores para obtenção de informações sobre os psicólogos. No CRP-05 e no CRP-13, a falta de informação dos gestores que ocupam cargos em secretarias com programas de políticas públicas, e também dos psicólogos que trabalham com políticas públicas, que, muitas vezes, não têm clareza sobre suas atuações na chamadas políticas públicas também foram problemas.

Déborah Barbosa, do CRP-06, comenta que outro grande obstáculo enfrentado na elaboração deste projeto é dar conta da diversidade da temática das políticas públicas, que envolve a interface de várias áreas de conhecimento tais como a educação, a saúde, a segurança pública, o meio ambiente e tantos outros campos.

Nem todas as questões que envolvem o CREPOP foram de fácil resolução e várias estratégias foram sendo testadas. Em Pernambuco, a equipe partiu do princípio de considerar o diálogo, a reflexão e a compreensão como os melhores componentes para a resolução de um problema. “Afinal, isto não é a base do mundo psi? Utilizamos as ferramentas que conhecemos para resolver os problemas e vencer as dificuldades”, afirmou Thelma do CRP-02.

Kátiuska Araújo diz que, no CRP-13, buscou-se alternativas para viabilizar o trabalho como: “fixar ponto de pauta nas plenárias para divulgações das atividades realizadas pelo Centro e a participação dos demais conselheiros nas ativi-

dades; (...) criação do grupo de estudos para a categoria com o objetivo de divulgar a temática de Políticas Públicas com temas diversos (...), mobilização da categoria para participar de eventos direcionados a políticas públicas; (...) participação do CREPOP em eventos das três esferas de governo, disponibilização de acesso à internet no CRP-13 para a participação da categoria na pesquisa on-line; parceria com a COF, Comissão de Direitos Humanos e a Seção do Rio Grande do Norte”.

No Rio de Janeiro, o CREPOP aliou-se às Comissões de Saúde, de Ética e de Direitos Humanos e tem participado ativamente de uma série de reuniões com profissionais que atuam no DEGASE, no DESIPE e dos que trabalham com crianças e/ou adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual.

Déborah, do CREPOP-MG, afirma que apesar dos problemas já se avançou muito com relação ao mapeamento em MG: “Pudemos identificar melhor a presença do psicólogo no setor público, bem como vislumbrar campos ainda não ocupados, mas que possuem potencial para a Psicologia”. Ela afirma ainda que, no ano de 2007, o trabalho já iniciado será continuado e o novo desafio será “conhecer as Práticas de sucesso dos psicólogos de MG, para isto realizaremos o I Prêmio Mineiro de Práticas Exitosas em Psicologia e Políticas Públicas. A ideia é identificar por meio da inscrição dos próprios profissionais, experiências de sucesso em diferentes campos das políticas públicas”.

Thelma, do CRP-02, salientou que “nas Faculdades de Psicologia não existem disciplinas sobre Políticas Públicas. E aí já começa a surgir mais um desafio, mais uma provocação: promover esse tipo de conhecimento nas IES”.

Segundo Sílvia, realizar e garantir o diálogo, para dentro e para fora do CRP é fundamental, pois coloca o regional no cenário da vida real, no tempo das instituições e das comissões, dos trabalhadores e dos conselheiros, das construções e das contradições. No seu entender o trabalho

do CREPOP “diz respeito a garantir que ações destinadas as Políticas Públicas permaneçam presentes e vitais no espaço político dos CRPs. Que contraditórios seríamos nós, se desconsiderássemos as realidades vividas, suas urgências e surpresas. Que empobrecidos seriam nossos resultados, se não permitíssemos os atravessamentos que nos deslocam de determinados lugares, possibilitando a parтия de novos desafios, de novas oportunidades”.

O CRP-02 afirma que o CREPOP já faz parte do programa de gestão do Conselho. Está totalmente integrado em todas as comissões e, por conta do apoio recebido e da integração de toda a equipe, o mesmo tem gerado boas provocações, bons questionamentos, inquietações e reflexões. O CREPOP vem se consolidando, não como um projeto de pesquisa pontual, mas, como um novo olhar para a prática psi nas Políticas Públicas, por meio da criação da Comissão de Políticas Públicas. “Portanto, devemos alardear que o CREPOP trará benefícios não somente à psicologia como ciência e como profissão, mas, fundamentalmente, à população beneficiária das políticas públicas, fortalecendo a compreensão da dimensão subjetiva presente nestas políticas que atendem, principalmente, às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social”, afirma Thelma.

Já Sílvia, do CRP-07, diz que, aos poucos, o regional está “aprendendo a trilhar este caminho, buscando dar conta do planejado e comungando todos os CREPOPs, mas também investindo no estabelecimento de referências que acolham o novo que se apresenta, a partir do (re)conhecimento das estratégias de intervenção desenvolvidas em cada cidade investigada, em cada nova oportunidade de debater nosso fazer e nosso compromisso ético-político”.

Irene, do Rio de Janeiro, concorda com Sílvia e afirma que este Centro poderá “potencializar novas reflexões, novos lugares e novas práticas, afetando os sujeitos, suas subjetividades e a própria concepção de políticas públicas neste mundo neo-liberal. A presença do CRP nesses espa-

ços traz em si a crença de que a psicologia tem muito a contribuir – e a se (re)pensar – no cenário da gestão e execução das chamadas políticas públicas na contemporaneidade”.

O CREPOP, neste ano de 2007, irá investigar a prática profissional do psicólogo nos programas de governo com o objetivo de construir coletivamente as referências técnicas para uma competente e crítica atuação profissional nas chamadas políticas públicas brasileiras. Está em andamento o **processo de referenciação das práticas profissionais por intermédio dos Psicólogos que atuam no atendimento à criança e/ou adolescente vítimas de violência, abuso ou exploração sexual**. Se você atua nesta área, responda à pesquisa via formulário online <<http://www.pol.org.br/pesquisacrepop/pesquisa3/login.cfm>>.

Autores:

CRP-02(PE)

Assessora Técnica: Thelma Torres Fernandes
Conselheira Responsável: Rejane Medeiros

CRP-04(MG)

Assessora Técnica: Déborah Rosária Barbosa
Conselheira Responsável: Luciana Franco

CRP-05(RJ)

Assessora Técnica: Irene Bulcão
Conselheira Responsável: Cecília Coimbra

CRP-07(RS)

Assessora Técnica: Sílvia Giugliani
Conselheira Responsável: Vera Lúcia Pasini

CRP-13(PB/RN)

Assessora Técnica: Kátiuska Araújo Duarte
Conselheira Responsável: Lúcia de Fátima Alves Correia Lima.

Os textos escritos por cada regional estão disponíveis na íntegra no site do CRP-RJ (www.crprj.org.br).



Nos dias 27 de janeiro, 2, 3 e 10 de fevereiro, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro realizou cinco eventos preparatórios para o VI Congresso Regional de Psicologia, que acontecerá nos dias 04, 05 e 06 de maio no Rio de Janeiro. Os eventos, que discutiram diversos temas com o objetivo de suscitar debates e levantar questões para a formulação de teses, foram realizados em Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Resende e Campos.

Em Nova Iguaçu, no dia 27 de janeiro, o CRP-RJ realizou uma mesa redonda, que discutiu as práticas e desafios no trabalho dos psicólogos. Participaram do evento Cynthia Campagnuci Ferreira, coordenadora das casas de passagem do programa de saúde mental de Paracambi; Francisca de Assis Rocha Alves, psicóloga do Centro de Atenção Familiar de Nova Iguaçu; Ana Maria Marques Santos, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Elizabeth Pereira Paiva, professora de psicologia jurídica da Universidade Veiga de Almeida e psicóloga do Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM) de Nilópolis. *(foto central)*

Uma preocupação de todas as palestrantes foi o compromisso social da categoria e sua responsabilidade política. As psicólogas Francisca Alves e Ana Maria Santos salientaram a falta de integração entre os conhecimentos teóricos aprendidos na universidade e a prática do trabalho cotidiano. Francisca, que falou sobre Psicologia Comunitária, afirmou que o psicólogo costuma se impor como um título, e não como pessoa, no atendimento do dia a dia. Já Ana Maria procurou enfatizar a interface existente entre Psicologia e Educação. Para ela, o ensino de Psicologia, como o de várias outras profissões, costuma ser

CRP-RJ realiza eventos

desvinculado da realidade, resultando em uma fragmentação do conhecimento: “O processo educativo trabalha sob uma lógica mercadológica. Essa fragmentação ocorre devido à pressão do mercado sobre a Educação”, disse a psicóloga.

Após a mesa redonda, foram realizadas duas oficinas com os temas “Medicalização da vida” e “Saúde Mental”, com a coordenação das colaboradoras da Comissão Regional de Direitos Humanos Ana Carla Souza Silveira e Helena do Rego Monteiro.

Em Petrópolis, no dia 02 de fevereiro, foi realizada uma mesa redonda com o tema “Saúde Mental”. Participaram do evento Rui Carlos Stockinger, coordenador de Saúde Mental de Petrópolis e Tânia Lucia de Assumpção, psicóloga coordenadora do CAPS Nise da Silveira, localizado no município. *(foto abaixo à direita)*

Ambos os profissionais ressaltaram a importância das mudanças ocorridas nos centros de atendimento psiquiátricos durante os últimos anos e comentaram os desafios para o trabalho dos psicólogos que atuam na área de saúde mental. Rui Carlos afirma que ainda há muito despreparo do psicólogo para o trabalho em equipe. Segundo ele, a categoria é marcada por um intenso espírito de competição, o que dificulta o trabalho em equipe. Tânia concordou com Rui, afirmando que a formação do psicólogo hoje está focada em um fazer individual e, por isso, o profissional encontra dificuldade ao ingressar no mercado, que exige dele o trabalho coletivo: “É necessário se propor uma



grande mudança ao trabalhar transdisciplinarmente. A exigência principal para o trabalho no CAPS é saber trabalhar em equipe, é estar disponível para ouvir o outro”, disse a psicóloga.

Os eventos realizados nos dias 02 e 10 de fevereiro, em Nova Friburgo *(foto acima à esquerda)*, Resende e Campos tiveram a mesma estrutura. Os psicólogos e estudantes puderam tirar dúvidas sobre o Conselho, fazer inscrições e dar encaminhamento a diversas questões administrativas, além de participar de duas oficinas. A primeira teve a exibição do documentário “Estamira”, do diretor Marcos Prado, e procurou debater a importância dos Direitos Humanos na prática psicológica, tema considerado central pelo atual plenário do CRP-RJ. A segunda, intitulada “Ética para além das normas”

Pré-Cong

Além dos eventos preparatórios, o Conselho realizará em março os pré-Congressos Regionais de Psicologia. É nestes eventos que são apreciadas e aprovadas as teses propostas pelos psicólogos do estado e são escolhidos os delegados que participarão dos COREPs. Todos podem participar dos Pré-Congressos, mas apenas profissionais psicólogos terão direito a voz e voto.

Confira a programação dos pré-Congressos :

Dia 17/03/2007 - Nova Iguaçu

Local: Subsede de Nova Iguaçu - Rua Sebastião Herculano de Mattos, 41 - Centro
Horário: de 9h às 18h

Dia 17/03/07 - Nova Friburgo

Local: Universidade Estácio de Sá (Campus Friburgo) - Jardim Sans Souci, s/nº - Braunes
Horário: de 9h às 18h

Eventos preparatórios para o VI COREP



procurava abrir espaço para uma discussão sobre a ética profissional de modo que ela seja refletida e debatida para além das normas já contidas no Código de Ética dos Psicólogos.

Em todos os eventos, os psicólogos presentes foram informados sobre os eventos preparatórios e pré-Congressos que ocorrerão antes da realização do VI COREP (veja box abaixo), além de receberem orientações sobre o processo de eleições do Sistema Conselhos. Além disso, chamou-se atenção para a grande importância da participação de todos os psicólogos nesse processo.

Dois eventos preparatórios ainda serão realizados no estado: o primeiro em Niterói e o segundo no Rio de Janeiro, nos dias 9 e 10 de março. Confira a programação no box ao lado.

Programação dos eventos preparatórios:

Dia 09/03/07 - Niterói - 17h

Local: Universidade Federal Fluminense

Campus do Gragoatá - Bloco O - Prédio do ICHF

Programação:

17h - Mesa de abertura

18h - Mesa “Diálogos para Construção de Projetos Coletivos da Profissão”

Convidados:

- Karine Neves Mourão, CRP 05/28863 - psicóloga da Secretaria de Educação de Campos dos Goytacazes

- Kátia Farias de Aguiar, professora da Universidade Federal Fluminense

- Ademir Pacelli Ferreira, CRP 05/3148 - psicólogo e professor do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

- Neli de Almeida, CRP 05/12356 - psicóloga do Instituto Franco Basaglia

Mediador: Luis Antônio Baptista, professor da Universidade Federal Fluminense

Dia 10/03/07 - Rio de Janeiro - 10h

Local: Uni-Rio - Av. Pasteur, 358 - Urca Auditório

Paulo Freire - Prédio do CCH

Programação:

10 às 12h - Mesa “O Psicólogo Problematizando sua Prática”

Convidados:

- Lília Ferreira Lobo, CRP 05/4125 - psicóloga e professora da Universidade Federal Fluminense

- Neide Ruffeil, CRP 05/26238 - psicóloga, professora da Universidade Federal Rural/RJ e membro da Comissão Regional de Direitos Humanos

- Flavia Moreira Oliveira, CRP 05/29921 - psicóloga e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

- Diva Lucia Gautério Conde, CRP 05/1448 - psicóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mediador: Luis Fernando Monteiro, CRP 05/2346, conselheiro membro da Comissão de Auditoria e Controle Interno (CACI) do CRP-RJ

14 às 16h - Mesa “Psicologia e Intervenção nos Sistemas Institucionais”

Convidados:

- Cely Miranda da Silva Salles, CRP 05/13930 - coordenadora de psicologia da SEAP

- Esther Arantes, CRP 05/3192 - professora da Uerj e membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia

- Mônica Cunha, fundadora do Movimento de Mães pela Garantia dos Direitos dos Adolescentes no Sistema Sócio-Educativo - “Movimento Moleque”

- Eliana Olinda Alves, CRP 05/24612 - psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Mediadora: Cecília Coimbra, CRP 05/1780 - psicóloga, professora da UFF, conselheira do CRP-RJ e membro da Comissão Regional de Direitos Humanos e representante do Grupo Tortura Nunca Mais

Congressos

Dia 17/03/07 – Resende

Local: Universidade Estácio de Sá - Rua Zenaide

Vilela, s/nº - Jardim Brasília

Horário: de 9h às 18h

Dia 24/03/07 – Campos dos Goytacazes

Local: Universidade Estácio de Sá - Av. 28 de

Março, 423 - Centro

Horário: de 9h às 18h

Dia 24/03/07 - Niterói

Local: Universidade Federal Fluminense -

Campus Gragoatá - Bloco O - Prédio do ICHF

Horário: de 9h às 18h

Dia 31/03/07 - Rio de Janeiro

Local: Uni-Rio - Auditório Paulo Freire - Av.

Pasteur, 358 - Urca

Horário: de 9h às 18h



Psicólogos do Rio e legem comissão regional eleitoral

Dando início ao processo eleitoral de 2007, o CRP-RJ realizou, no dia 05 de fevereiro, uma Assembleia Geral Extraordinária dos psicólogos do estado. O evento, realizado no auditório do CRP-RJ, tinha por objetivo eleger a Comissão Regional Eleitoral, que será responsável por organizar as eleições deste ano.

O conselheiro-presidente do CRP-RJ José Novaes deu início ao evento, explicando a estrutura das eleições no Sistema Conselhos de Psicologia e os Congressos que as antecedem. Novaes salientou a importância da participação de todos os psicólogos tanto nas eleições quanto nos Congressos, reafirmando que as propostas enviadas e aprovadas nos Congressos serão a base para as ações do Sistema Conselhos no próximo triênio.

Em seguida, foi realizada a eleição da Comissão Regional Eleitoral. Foram eleitas como membros efetivos as psicólogas Juliana Coelho Correia Rodrigues, CRP 05/31968; Fernanda Haikal Moreira, CRP 05/34248; e Tânia Stein Cynamon, CRP 05/19620. Tânia também fez parte da Comissão Regional Eleitoral de 2004, durante o último período eleitoral. Como membros suplentes



As psicólogas eleitas para a comissão regional eleitoral: Tânia Stein Cynamon, Louise Cordeiro Borba Nogueira, Juliane Lages de Melo, Juliana Coelho Correia Rodrigues e Fernanda Haikal Moreira.

foram eleitas as psicólogas Juliane Lages de Melo, CRP 05/30423; Louise Cordeiro Borba Nogueira, CRP 05/31971, e Silvia Carvalho Josephson, CRP 05/1263.

A primeira tarefa da Comissão será preparar o edital de convocação para a eleição e para a inscrição de chapas. Quem quiser entrar em contato com a Comissão, pode fazê-lo pelo e-mail comissaoeleitoral2007@crprj.org.br ou através do telefone do Conselho. O horário de atendimento da comissão é as terças-feiras, de 10h às 14h.

Depoimento “sem dano”?

No dia 20 de abril, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro através da sua Comissão Regional de Direitos Humanos, realizará um encontro com os psicólogos do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O encontro tem por objetivo debater o chamado “Depoimento sem dano”, criado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que afirma pretender promover a “proteção psicológica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual durante um processo judicial”.

O encontro será composto por duas mesas redondas. A primeira, com início às 09h, terá como tema “Psicologia e Direito: que relação é essa?”. A segunda, com início às 14h, se chamará “Depoimento ‘sem dano’?”. Ambas as mesas terão a participação de um representante do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, de um psicólogo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e da Associação Nacional de Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced).

O local do encontro ainda será confirmado. Fique atento ao site do CRP-RJ (www.crprj.org.br) para mais informações.

Contribuição sindical x Contribuição confederativa

No mês de fevereiro, muitos psicólogos não-sindicalizados recebem o boleto de pagamento do Sindicato dos Psicólogos. Mas, por não serem sindicalizados, muitos se confundem sobre este pagamento e se dirigem ao conselho para sanar suas dúvidas. Porque o pagamento da contribuição é obrigatório se a sindicalização não é?

Na verdade, existem duas taxas diferentes de contribuição ao Sindicato: a contribuição confederativa e a contribuição sindical.

A contribuição confederativa é uma contribuição facultativa, criada pela Constituição Federal de 1988. Sua finalidade é fortalecer o Sistema Confederativo (Federação Nacional dos

Psicólogos e Sindicatos dos Psicólogos). Esta receita é repassada, proporcionalmente, ao Sindicato (89,9%), à Federação Nacional (10%) e à Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (0,1%). Só precisam pagar esta contribuição os psicólogos sindicalizados. Algumas empresas permitem o desconto desta contribuição em folha, mas somente após autorização expressa do sindicalizado.

Já a contribuição sindical é obrigatória para todos aqueles que participam de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, independente de inscrição no sindicato. Esta contribuição é também recolhida em favor do sindicato representante da

mesma categoria ou profissão. Ela é regulamentada pelo artigo 592 da CLT e pode ser descontada na folha de pagamento de profissionais que trabalham em empresas ou pode ser paga diretamente ao sindicato através de boleto bancário.

Entretanto, a filiação ao sindicato profissional é facultativa, sendo garantida por lei a liberdade do profissional em filiar-se ou não. Ninguém está obrigado a associar-se ou manter-se associado a um sindicato.

Psicólogos interessados em outros esclarecimentos sobre este tema, devem procurar o Sindicato dos Psicólogos, situado na Av. Presidente Vargas, 583, sala 1418, no Rio de Janeiro, ou pelo telefone (21) 2224 1746.

CATE faz pesquisa sobre o Título de especialista

O CRP-RJ, através da Comissão de Análise para Concessão do Título de Especialista (CATE) divulgou os resultados de uma pesquisa realizada em 2005 para avaliar o impacto da implementação do Título junto à categoria profissional do Rio de Janeiro. A pesquisa é resultante de um dos encaminhamentos do V Congresso Nacional de Psicologia (V CNP) ocorrido no ano de 2004 e foi apresentada e debatida pela primeira vez com os psicólogos fluminenses durante o Fórum de Debates sobre o Título de Especialista, realizado em dezembro de 2005, no CRP-RJ.

Os dados, obtidos através de questionários enviados por e-mail aos psicólogos inscritos no CRP-RJ, revelaram que, na época, apenas 10,7% dos profissionais haviam solicitado o título de especialista. Os resultados mostraram a falta de informação dos psicólogos sobre o assunto: 46% dos entrevistados não tinham conhecimento das resoluções que instituíram o Título.

De acordo com a pesquisa, a perspectiva inicial, segundo a qual a concessão do título de especialista corresponderia a um valor agregado ao diploma de graduação generalista, não foi confirmada, pelo menos não no Rio de Janeiro. Pelo contrário, tem criado problemas para muitos profissionais, principalmente os que atuam na área clínica, que tiveram dificuldades para obter ou renovar o credenciamento junto a alguns Planos de Saúde por não possuírem o título

de especialista, apesar de sua larga experiência nessa área.

Além disso, durante o Fórum de Debates, muitos psicólogos mostraram-se frustrados por não poderem, a qualquer tempo, solicitar o título, mesmo comprovando a experiência mínima de cinco anos, uma vez que, segundo as resoluções que instituíram o título, para a modalidade “experiência comprovada”, o psicólogo deve requerê-lo no prazo de 270 dias após a publicação das resoluções que normatizam cada especialidade.

Vale lembrar que a última dessas resoluções foi publicada em 2004 e se referia à Neuropsicologia. Resta a estes psicólogos, portanto, esperar pelo próximo concurso, cujo calendário será definido pelo CFP, ou frequentarem cursos de especialização credenciados pelo Conselho Federal de Psicologia. Para acompanhar a relação dos cursos credenciados os psicólogos podem acessar o site www.abepsi.org.br.

O Título de Especialista foi implantado em 2000, pela Resolução CFP 014/2000, e regulamentado pela Resolução CFP 02/2001. **Ele não é obrigatório**, é apenas uma referência à dedicação do psicólogo ao seu campo específico de trabalho, **não consistindo condição necessária para o exercício profissional**.

Os resultados da pesquisa, bem como as questões levantadas pelos psicólogos fluminenses no

Fórum de Debates, foram apresentados em setembro de 2006, no II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão. A Conselheira Coordenadora da CATE, Márcia Badaró, que participou do evento representando o pensamento do XI Plenário do CRP-RJ, afirma que é necessária uma ampla discussão sobre a criação do título, num movimento de oxigenação que permita revisitar prós e contras.

“Quando se denominam e se categorizam psicólogos como especialistas em psicologia hospitalar ou em organizacional, indica-se para a sociedade, e para a própria categoria profissional, que talvez os psicólogos em um hospital não precisem também entendê-lo como uma organização, e que aqui eles colegas que estejam nas empresas não necessariamente precisam dirigir suas preocupações para os aspectos de saúde e doença produzidos na dita organização”, diz Márcia.

“A criação do título estaria, sobretudo, esvaziando o exercício político e ético que garantiria o compromisso da psicologia brasileira com as transformações necessárias para a construção de uma sociedade menos discriminatória. Se os próprios psicólogos determinam para si a fragmentação de seu cotidiano discursivo e *prático*, então será difícil sustentar a posição de agente transformador, compromisso frequentemente reafirmado em fóruns, congressos e códigos de ética profissional”, afirma a psicóloga.

COE divulga temas das Quart'éticas

A Comissão de Orientação e Ética (COE) do CRP-RJ já divulgou os temas das primeiras Quart'éticas de 2007. O evento, que é bimensal, será realizado nos meses de março, maio e julho de 2007. Os temas tratados serão os seguintes:

- O Lugar da Ética nos Conselhos Profissionais
- Desafios da Ética: práticas psicológicas em regime de privação de liberdade
- Avaliação Psicológica no Âmbito Judiciário e o Agir Ético.

As Quart'éticas são realizadas desde maio de 2006, com o objetivo de salientar o aspecto orientador da COE e criar um espaço de debate sobre questões relevantes e atuais relacionadas à discussão da Ética. Muitos dos temas debatidos são esmialhados a partir de dúvidas enviadas por diversos psicólogos à COE.

Desde sua criação, já foram discutidos temas diversos como a ética na formação do psicólogo, a produção de documentos escritos, a questão do abuso sexual, entre outros,

sempre procurando problematizar a ética para além dos limites do Código de Ética Profissional.

As Quart'éticas são realizadas sempre às quartas-feiras, a partir das 18 horas. As datas dos eventos e os nomes dos convidados ainda estão sendo definidos.

Fique atento ao site do Conselho (www.crpri.org.br) ou entre em contato com a COE pelos telefones (21) 2139-5436, (21) 2139-5437 para mais informações.

CRP-RJ prestando contas

Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região					
Balanco Patrimonial					
Em R\$					
REFERÊNCIAS:	Periodos		REFERÊNCIAS:	Periodos	
ATIVO	jan a dez/06	jan a dez/05	PASSIVO	jan a dez/06	jan a dez/05
Ativo Financeiro	3.304.795	2.224.125	Passivo Financeiro	246.344	29.260
Disponível	58.359	12.541	Contas a pagar	0	0
Disponível Vinculado	3.232.097	2.200.420	Consignações	3.984	0
Realizável	12.726	11.051	Credores da Entidade	2.318	0
Resultado Pendente	1.613	113	Entidades Públicas Credores	42.123	29.268
			Restos a Pagar	51.812	-
Ativo Permanente	7.178.712	7.360.723	Provisões	146.107	-
Bens Patrimoniais	2.357.897	2.314.840	Patrimônio (ARL) *	10.237.163	9.555.588
Créditos	4.820.815	5.045.883	* ARL: Ativo Real Líquido		
TOTALS	10.483.507	9.584.848	TOTALS	10.483.507	9.584.848
Demonstrativo das Receitas e Despesas					
REFERÊNCIAS:	Periodos em Reais		(*) VARIAÇÕES		
	jan a dez/06	jan a dez/05	(R\$)	(%)	
Receitas					
Anuidades	4.230.691	3.446.340	784.351	23	
Patrimonial	293.986	240.443	53.543	22	
Serviços	102.480	142.437	-39.957	-28	
Dívida Ativa	601.506	1.031.303	-429.797	-42	
Diversas	58.887	92.380	-33.493	-36	
Total	5.287.550	4.952.903	334.647	7	
Despesas					
De Custeio	4.380.906	4.016.331	364.575	9	
Pessoal e Obrig. Patronais	1.556.822	1.367.350	189.472	14	
Material de Consumo	67.244	63.201	4.043	6	
Serviços de Terc. P. Física	38.332	23.133	15.199	66	
Serviços de Terc. P. Jurídico	1.376.377	1.284.197	92.180	7	
Diversas Despesas de Cust	56.392	86.542	-30.150	-35	
Transferências ao CFP	1.285.739	1.191.908	93.831	8	
Investimentos	43.056	153.377	-110.321	-72	
Equipamentos e Materiais Permanentes	43.056	153.377	-110.321	-72	
Total	4.423.962	4.169.708	254.254	6	
Resultado = Receitas - Despesas:	863.588	783.195	80.393	10	
Representação Gráfica:					
Nota: Houve um incremento de 7% nas Receitas			Nota: Houve um incremento de 6% nas Despesas		
Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2006					
José Novaes Presidente CRP-05/980	Pedro Paulo G de Bicalho Conselheiro - Tesoureiro CRP-05/26.077		Roner Tavares Contador CRC-RJ 097.613/O-8		
COMENTÁRIOS					
1) Os valores estão expressos em Reais (R\$);					
2) Foram arrecadadas 93% das nossas receitas previstas e realizadas 78% das nossas despesas fixadas;					

Mídia e Psicologia: produção de subjetividades e coletividades

Nos dias 28, 29 e 30 de junho de 2007, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e o Conselho Federal de Psicologia realizarão o Seminário “Mídia e Psicologia: produção de subjetividades e coletividades”. O evento tem o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, do Instituto de Psicologia e da Escola de Comunicação da UFRJ, e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e será realizado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Campus da Praia Vermelha. Seu objetivo é discutir a mídia e a produção de subjetividades e pensar como a psicologia pode participar desse debate.

Confira os eixos de discussão que serão trabalhados no Seminário:

- A Tecnologia das Mídias: a relação dos sujeitos com os meios técnicos de comunicação;
- A Produção Subjetiva: a tensão entre cidadania e alienação;
- Mídia e Produção de Subjetividade: questões da cultura;
- Mídia e Produção de Subjetividade: o poder da mídia;
- Mídia e Produção de Subjetividade: questões do racismo;
- Mídia e Produção de Subjetividade: questões da violência;
- Publicidade e a Produção de Subjetividade;
- Mídia e Produção de Subjetividade: questões da infância e adolescência;
- Educação para a Mídia;
- A Contribuição da Psicologia para a Mídia de Resistência;



- A Constituição de Sujeitos: a tensão entre ficção e realidade.

Novas informações serão publicadas no site do CRP-RJ. Fique atento e participe!

Quem é o Psicólogo brasileiro?

Um Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) vem trabalhando de forma colaborativa e integrada, desde julho de 2006, para produzir um novo retrato da profissão de psicólogo no Brasil e aprofundar a compreensão dos serviços prestados pela categoria à sociedade brasileira.

O objetivo desta nova iniciativa é que seus resultados ajudem a construir políticas de atuação e formação profissional mais sintonizadas com os desafios e perspectivas da profissão. A última pesquisa sobre a ocupação do psicólogo foi realizada na década de 1980.

Para responder à pesquisa, acesse www.psicologobrasileiro.ufba.br. O link de acesso à pesquisa está também disponível no site do Conselho Federal (www.pol.org.br) e no site do CRP-RJ (www.crpjrj.org.br).

VI Congresso Norte Nordeste de Psicologia

De 23 a 26 de maio de 2007, acontece em Maceió, Alagoas, o V Congresso Norte Nordeste de Psicologia (CONPsi). Com o tema “A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia”, o evento é promovido pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e pelo CRP-15.

O objetivo do evento é ampliar a discussão sobre o compromisso da Psicologia na compreensão das realidades brasileiras, construir conhecimentos e propor políticas necessárias à superação dos problemas sociais e humanos que vivenciamos em nossas regiões.

A inscrição de trabalhos já foi encerrada, mas quem quiser assistir ao Congresso pode se inscrever até o dia do evento. O V CONPsi será realizado no Centro Cultural e de Exposições de Maceió. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail vc onpsi@mepeventos.com.br,



pelo site www.conpsi5.ufba.br, ou no CRP - 15 no telefone: (82) 3241.8231 ou pelo e-mail crp15@crp15.org.br.

Entrevista com Adriana Gaudêncio

Quando foi criada em 2006, a Comissão de Saúde realizou uma entrevista com Adriana Gaudêncio, coordenadora da Assessoria Estadual de Saúde Mental, com o objetivo de recolher dados para uma avaliação da situação da reforma psiquiátrica no Rio de Janeiro. Um ano depois, a Comissão de Saúde, representada pelos conselheiros Nélio Zuccaro e Walter Melo Júnior e pela colaboradora Patrícia Jacques, voltou à Assessoria Estadual de Saúde Mental para conversar com Adriana. A coordenadora falou sobre a reforma psiquiátrica no estado, suas conquistas e desafios. O Jornal do CRP-RJ publica a entrevista, apresentando à categoria os avanços que têm sido alcançados e informando sobre os outros projetos que vêm sendo implantados pela Assessoria.

Adriana, gostaríamos que você traçasse um panorama da situação da Reforma Psiquiátrica no Rio de Janeiro.

Bom, é preciso entender que o grande objetivo da Reforma Psiquiátrica Brasileira e da Política de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro é a reversão deste modelo de assistência centrado no manicômio, que já se mostrou dispendioso e não resolutivo, para uma assistência extra-hospitalar promovida por uma rede de dispositivos inseridos na comunidade. Então, nosso grande esforço é justamente ampliar a oferta dos serviços de atenção psicossocial, tais como os CAPS, os SRTs, os ambulatórios ampliados de saúde mental, os leitos em Hospital Geral e reduzir os leitos hospitalares de uma forma muito criteriosa. Quando digo criteriosa, estou me referindo aos leitos ocupados por moradores de hospitais psiquiátricos, que são os pacientes internados há mais de 02 anos consecutivos e que perderam seus vínculos familiares, impossibilitando assim a alta hospitalar. Do total de 7.229 leitos em funcionamento no Estado, hoje, 4.318 estão ocupados por pacientes de longa permanência. Considerando que, em 1999, nós tínhamos 10.438 leitos psiquiátricos no Estado do Rio, podemos observar que houve uma importante redução deste número. Por outro lado, a ampliação da rede extra-hospitalar vem garantindo a assistência para os portadores de transtorno mental. Citando os prin-

cipais indicadores, em 1999, eram 19 CAPS e 06 SRTs funcionando no Estado e, hoje, são 92 CAPS e 85 SRTs, além de 207 leitos psiquiátricos em Hospital Geral ou Unidades Mistas e 211 ambulatórios de saúde mental.

Outro avanço fundamental que tivemos no ano de 2006, foi a implantação das centrais de regulação da especialidade psiquiatria em 06 das 09 Regiões do Estado, o que permitiu o controle efetivo das internações psiquiátricas por parte dos Programas Municipais de Saúde Mental. Isto fez também com que todos os municípios destas Regiões tivessem que organizar e implantar suas portas de entrada e avaliar de forma mais cuidadosa as situações de crise e emergência dos pacientes, antes de encaminhá-los para uma internação psiquiátrica, que também passa a ser mais acompanhada pela Equipe responsável por este encaminhamento. Este conjunto de ações vem produzindo e feitos no número mensal de internações psiquiátricas. Em 1999, a média mensal era de 12.213 internações e em 2006, esta média caiu para 7.801 internações.

Outro ponto importante é a qualificação destes serviços. A Assessoria de Saúde Mental do Estado oferece aos municípios vários cursos de capacitação, como foi o caso mais recente, em 2006, de promover curso para os profissionais de saúde que atendem nestas emergências psiquiátricas. Além disso, elaboramos, também no ano passado, um instrumento de avaliação de



CAPS, em parceria com a Unicamp, para conhecer melhor o funcionamento desses serviços e buscar de forma conjunta com as equipes profissionais a melhoria da assistência prestada. Estamos agora trabalhando na consolidação destas informações, para em breve, apresentarmos os resultados desta avaliação.

Como está a questão da comissão revisora?

A Portaria GM nº 2.391/2002 regulamentou a notificação das internações psiquiátricas involuntárias e em 2003, o Estado do Rio realizou seminários para discutir, junto ao Ministério Público, os mecanismos a serem adotados para o acompanhamento destas internações. Mas, na época, não foi possível implantar a comissão revisora. Só conseguimos iniciar realmente o trabalho a partir do final de 2005, depois de uma grande discussão ampliada, envolvendo as equipes municipais de saúde mental, Conselho Estadual de Saúde, Ministério Público, Associações de usuários e familiares e as próprias clínicas psiquiátricas, entre vários outros atores.

A partir deste fundamental momento de discussão, implantamos a Comissão Revisora Estadual e as Comissões Revisoras Regionais, que se reúnem regularmente para tratar de casos que ferem os direitos dos portadores de transtornos

mentais. Além disso, estamos montando um banco de dados entre Secretaria de Estado de Saúde e Ministério Público para garantir agilidade na consolidação e resolução das notificações.

E quanto à questão da comissão 175?

A Comissão 175, instituída através de Deliberação da CIB/RJ, vem atender à necessidade de garantir que a realocação de recursos transferidos do teto hospitalar dos municípios para o teto ambulatorial, promova efetivamente a ampliação e fortalecimento da rede de saúde mental extra-hospitalar, como está previsto na Deliberação CIB/RJ nº 54/2000.

A Comissão 175 é composta por representante do Conselho Estadual de Saúde, da Assessoria de Saúde Mental/SES, da Assessoria de Planejamento/SES e por Secretários Municipais de Saúde, indicados pelo COSEMS. Começou a se reunir regularmente em 2005 e no ano passado elaborou um instrumento diagnóstico para avaliar como os municípios vêm investindo na rede de Saúde Mental. Esse instrumento foi distribuído para quarenta municípios que recebiam esta reorientação até fim de 2005 e após a consolidação desses dados, realizaremos uma oficina de trabalho com os secretários municipais de saúde e coordenadores de saúde mental para se discutir o que está acontecendo e de que maneira poderemos superar as dificuldades encontradas.

Como está a situação da reforma no Rio de Janeiro em relação aos outros estados?

Se formos pensar no Estado do Rio de Janeiro em relação ao Brasil, temos que considerar que o nosso Estado tem uma história difícil e peculiar na área da saúde mental. O Rio de Janeiro é o maior parque manicomial do país, considerando o contingente populacional. Realizar uma mudança nesse cenário, promovendo uma redução gradual dos leitos psiquiátricos e uma ampliação consistente da rede de atenção psicossocial, necessariamente produz muita tensão e embates políticos.

Por outro lado, o que temos de vantagem é a potência do campo da saúde, da formação e discussão nessa área. As universidades vêm se en-

O Rio de Janeiro é o maior parque manicomial do país, considerando o contingente populacional. Realizar uma mudança nesse cenário, promovendo uma redução gradual dos leitos psiquiátricos e uma ampliação consistente da rede de atenção psicossocial, necessariamente produz muita tensão e embates políticos.



A Comissão de Saúde e Adriana durante a entrevista

volvendo cada vez mais com a política pública de saúde mental e favorecendo parcerias para a formação de profissionais de saúde, o que tem trazido grandes contribuições para a transformação do modelo de assistência psiquiátrica.

Como é a presença dos psicólogos na área da Saúde Mental?

O psicólogo é o profissional da saúde que se encontra em maior número nas Equipes Multiprofissionais dos Programas Municipais de Saúde Mental. Não só assumindo a assistência nos CAPS, ambulatórios, Coordenando os serviços residenciais terapêuticos, mas também assumindo a gestão. Grande número de serviços de Saúde Mental é coordenado por psicólogos.

O trabalho no campo da saúde pública é árduo. Tratamos de pessoas, de famílias com problemas graves, num contexto muitas vezes precário, enfrentando inúmeros desafios, o que exige dedicação e muita disponibilidade.

Como está a implementação do CAPS III no Estado do Rio de Janeiro? O que falta?

O CAPS III é um dispositivo que funciona por 24 horas, garantindo a atenção integral à crise. Um dos problemas que temos encontrado junto

aos municípios para sua implantação é a dificuldade das Equipes em acolher a crise, sem encaminhar imediatamente para uma internação hospitalar. Além disso, as Secretarias Municipais de Saúde precisam realizar um investimento maior na contratação dos profissionais. Mas é preciso salientar que, hoje, já contamos com alguns CAPS II e CAPS I que têm utilizado leitos no serviço para as situações de crise dos seus usuários e estas experiências exitosas são discutidas junto ao Colegiado de Coordenadores de Saúde Mental, a fim de ampliarmos esta discussão e minimizarmos as resistências. Nossa meta, a curto prazo, é implantar já em 2007 um CAPS III no CPRJ, que é uma unidade estadual, localizada no município do Rio de Janeiro, onde funcionam vários setores: ambulatório, emergência, hospital-dia, com uma equipe profissional muito séria e competente.

Como está a implantação de CAPSad no Rio de Janeiro?

A área de álcool e drogas foi uma das áreas mais recentes a ser incorporada à Política de Saúde Mental e também uma das mais complexas. Não só no estado do Rio, mas no Brasil como um todo, há grande dificuldade de implantação de serviços para esta clientela e a discussão envolve vários segmentos da sociedade. Enfim, é um grande desafio para todos nós.

Estamos ampliando a implantação de CAPSad, no Estado, mas ainda só contamos com 15 serviços em funcionamento, além dos ambulatórios ampliados para atendimento desta clientela. É uma rede muito limitada e insuficiente, que tem se fortalecido de uma forma muito consistente através do Fórum Intersetorial da área de álcool e drogas promovido mensalmente pela Assessoria Estadual de Saúde Mental, que amplia o debate, efetiva parcerias, constrói diretrizes pactuadas para a política pública desta área e promove a formação permanente dos profissionais envolvidos. Acreditamos que este é o caminho.

Leia a entrevista com Adriana na íntegra no site do CRP-RJ (www.crpj.org.br).

Encontro Internacional Psicologia das Emergências e dos Desastres

A Sociedade Argentina de Psicologia em Emergências e Desastres realizará entre os dias 21 e 23 de março, em Buenos Aires, o “Encontro Internacional Psicologia das Emergências e Desastres – Comunidade e Instituições na Educação de Desastres”. O Encontro tem como objetivo discutir a inserção do psicólogo em situações de emergências e de ameaça à vida humana, bem como compartilhar experiências de trabalho com comunidades afetadas por desastres.

Profissionais com experiência na área discutirão a ação dos psicólogos em situações de risco, como enchentes, incêndios, terremotos, desastres aéreos, entre outros problemas considerados centrais na América Latina. O Encontro, que é destinado a psicólogos, médicos, comunicadores, estudantes, lideranças comunitárias e profissionais da área de segurança e resgate, contará com a participação de palestrantes de países como Chile, Peru, Brasil, México e Cuba.

Marcus Vinícius Oliveira, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), participará como palestrante do evento e falará sobre a necessidade da criação de perspectivas latino-americanas para a Psicologia das Emergências e Desastres.

Segundo ele, a Psicologia deve atuar em momentos delicados, que não competem aos profissionais de socorro da Defesa Civil ou dos Corpos de Bombeiros: “O psicólogo entra em ação para ajudar o morador a sair de sua casa, que pode estar em uma área de risco. Ele trabalha em situações de stress pós-traumático, deve dar assistência a pessoas que, muitas vezes, perdem tudo que possuem. A vida dessas pessoas passa por uma série de transformações, são momentos muito angustiantes”.

O Encontro Internacional na capital argentina dará continuidade ao debate iniciado no 1º Seminário Nacional: “Psicologia das Emergências e Desastres; Contribuições para a Construção de Comunidades Mais Seguras”, realizado pelo CFP, em parceria com o Ministério da Integração Nacional e a Defesa Civil, em Brasília,



em junho do ano passado.

Pedro Paulo Bicalho, Conselheiro-Tesoureiro do CRP-RJ, participou do evento em Brasília. Ele afirma que a discussão do tema vem crescendo no país e que, no Rio de Janeiro, o debate em torno da questão “emergências e desastres” foi alavancado pela criação, em 2002, do quadro de oficiais psicólogos da Polícia Militar e Bombeiro Militar. Segundo Pedro Paulo, o tema precisa ser discutido não só pela atuação daqueles profissionais como também pela participação dos psicólogos da Polícia e do Corpo de Bombeiros em seminários, congressos e encontros.

“Além disso, alguns oficiais entraram em pós-graduações e escreveram monografias, dissertações e teses, contribuindo para o desenvolvimento científico e visibilidade das questões colocadas na esfera do trabalho. Este foi o meu caso, em relação à minha tese de Doutorado”, diz Pedro Paulo, que foi 1º Tenente Psicólogo da Polícia Militar do Estado do Rio.

De acordo com Pedro Paulo, a Psicologia das

Emergências e Desastres ainda é pouco trabalhada nas universidades, devido à recente discussão do tema no Brasil e a existência de currículos com “disciplinas, programas e ementas engessadas, que não permitem criação de novas discussões”.

“Sou professor universitário há oito anos e somente agora, com minha entrada na UFRJ, foi possível levar o tema para a academia. Minha disciplina possui 40 vagas e é sempre um sufoco para os alunos conseguirem vagas. Estou confiante de que o tema está em franca expansão e de que em breve esta será uma das áreas emergentes da Psicologia”, diz o Conselheiro do CRP-RJ.

Marcus Vinícius afirma que o CFP, em convênio com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, promoverá, ainda no primeiro semestre deste ano, cursos de capacitação à distância, que formarão 1500 profissionais, que receberão tratamento básico preliminar. Mais informações estarão disponíveis no site do Conselho Federal (www.pol.org.br).

De uma grave paciência ladrilhar nossas mãos...

José Novaes*

O pedido foi: fazer uma matéria sobre as atividades e realizações do CRP-05 em 2006.

Algumas delas já tinham sido listadas no final de dezembro de 2006; não creio que devesse agora completar esta listagem com um tipo de relatório tradicional, burocrático e, principalmente, desinteressante. Deixem-me tentar expor e analisar algumas atividades do Conselho em 2006 tendo como fio condutor a relação com a categoria. Como se sabe, elas estavam profundamente prejudicadas por anos de má gestão do CRP-RJ, o que gerou desinteresse, descrença e desconfiança da categoria com o que deveria ser o seu Conselho, órgão fiscalizador do exercício profissional, mas também orientador, disciplinador e, em muitos momentos, de apoio e ajuda.

Este quadro de afastamento da categoria com relação ao CRP-RJ começou a mudar, com muitas dificuldades, com a Comissão Gestora, em março de 2003, e a distância não continuou com a posse do XI Plenário, em setembro de 2004. Em 2005, caminhou rapidamente e, em 2006, deu vários indícios de se ter pavimentado este caminho. O primeiro exemplo: o processo de recadastramento. O Sistema Conselhos já havia apontado esta necessidade, tendo em vista a construção de um Cadastro Geral dos(as) Psicólogos(as) de todo o país, que será implantado agora em 2007. Em 2006 conseguiu-se realizá-lo: foi contratada uma empresa através de processo licitatório, especializada nestas atividades, que trabalhou por oito meses, de janeiro a agosto. Seus funcionários manusearam mais de 31.000 prontuários, enviaram mais de 27.000 cartas a profissionais pedindo documentos que faltavam e obtiveram 27.090 respostas, mais de 95% portanto dos contactados.

As outras atividades que evidenciam uma melhoria das relações com a categoria dizem respeito a em uma série de reuniões e eventos que envolveram psicólogos da área jurídica, ou que trabalham ligados intimamente a ela. Chamamos para reuniões os(as) psicólogos(as) do DEGASE, que atuam em ações “sócio-educativas” com crianças e adolescentes em conflito com a lei. En-

frentamos certa resistência, devido ao clima de medo que as direções das instituições em que trabalham estes profissionais estabelecem sobre a clientela, crianças e adolescentes, e também sobre os profissionais. As reuniões culminaram, no final do ano, em um encontro regional que discutiu o tema e enviou representantes a uma reunião nacional, em Brasília, de psicólogos que atuam nesta área.

Realizamos também reuniões com psicólogos(as) que atuam no sistema prisional, que solicitaram nosso espaço e em algumas ocasiões para discutirem seus assuntos. Isto ampliou uma aproximação que já vinha desde o final de 2005, quando da realização de um fórum regional, seguido por um nacional, solicitado pelo CFP e pelo DEPEN (o órgão nacional do sistema prisional). Em dezembro de 2006, fomos procurados por uma comissão de psicólogos(as) do DESIPE, que trouxeram documentos expondo situações e opiniões sobre seu trabalho, e pedindo um parecer do CRP-05. Formamos um grupo constituído por membros da Comissão de Orientação Ética e Comissão Regional de Direitos Humanos, que estará chamando os psicólogos desta comissão e, posteriormente, do DESIPE, para discutir amplamente as questões colocadas nos documentos.

Também realizamos em 2006 reuniões com psicólogos(as) que atuam em instituições que atendem a crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência e abuso sexual. Estávamos, com isso, atendendo a uma demanda trazida por promotoras da Infância e da Juventude, que em dezembro de 2005 compareceram ao CRP-05 para dizer de sua preocupação com a segurança e proteção do trabalho destes psicólogos, e o que estaria no âmbito e nas possibilidades do Conselho fazer neste sentido. Foi enviada posteriormente pelo Ministério Público uma listagem de instituições, e as reuniões tiveram início em março, continuando até o final do ano com uma frequência que quase lotava nosso auditório.

Finalmente o quarto conjunto de psicólogos com os quais houve tentativa de aproximação foi os que atuam no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foi criado um grupo de trabalho, que

não prosperou por se verificar a inadequação de seus objetivos e propostas. Quando nos preparamos para outra tentativa de chegar a estes profissionais, fomos atropelados pela solicitação do CFP, por demanda do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, a fim de discutir os processos de Mediação e Conciliação a serem implementados, nos fóruns de justiça e fora deles. Estamos nos preparando para, em 2007, começando no âmbito deste tema, mobilizar os profissionais do TJ/RJ para conosco trabalharem diversos assuntos de interesse comum.

Não pretendemos dar tons róseos às relações do CRP-05 com a categoria, muito menos deixarmos levar pelo triunfalismo, ao elencar os exemplos acima. Estas iniciativas de procuras e aproximações são recíprocas; a maior parte delas, na verdade, vem da categoria, e isso demonstra a tese: a confiança dos(as) psicólogos(as) com o Conselho está sendo restabelecida, e isto os faz procurar-nos em busca de orientação, apoio, ajuda.

As relações que se restabelecem devem se pautar por respeito recíproco, para que as diferenças possam se apresentar, e mesmo conflitos possam por vezes surgir. Não pretendemos fugir a isso, negar as diferenças, apaziguar os conflitos. Estamos tentando cumprir o que colocamos em editorial na edição deste jornal de março de 2006: “Estabelecer laços com a categoria dos(as) psicólogos(as) que não se baseiem em clientelismo não se faz em pouco tempo. É um trabalho paciente cimentar um espaço onde se possa estabelecer relações de troca amigável e frutífera, embora possam estar atravessadas pelas diferenças: reconhecidas, aceitas, elaboradas”.

De nossa parte, estamos tentando ladrilhar nossas mãos com esta paciência, com o saber e a calma necessárias a um trabalho longo. No poema de Carlos Drummond de Andrade, “Campo de Flores”, de onde foi retirada a expressão “De uma grave paciência ladrilhar nossas mãos...”, título deste artigo, também lemos: “Onde não há jardim, as flores nascem de um segredo investimento em formas improváveis”. O CRP-05 chama a categoria a, juntos, plantarmos novos jardins.

*** Conselheiro-presidente do CRP-RJ**

COE realiza oficina de capacitação “Ética para além das normas” para conselheiros e colaboradores

A Comissão de Orientação e Ética (COE) realizou, no dia 21 de janeiro, uma oficina de capacitação para conselheiros e colaboradores psicólogos do CRP -RJ com o objetivo de capacitá-los para coordenar a Oficina “Ética Para Além das Normas”, que vem sendo realizada desde o ano passado pela COE. O que se pretende é manter a discussão sobre a ética profissional abrindo espaços para que ela seja refletida e debatida para além das normas já contidas no Código de Ética dos Psicólogos.

O conselheiro Nélio Zuccaro e a psicóloga colaboradora do CRP-RJ Eliana Vianna foram os responsáveis pela capacitação. O encontro iniciou com a explicitação dos objetivos da oficina e da necessidade de que a metodologia utilizada no trabalho fosse repassada a outros conselheiros e colaboradores, de forma a se ampliar as possibilidades de atuação da COE na sua modalidade de orientação. “A oficina é uma ótima ferramenta para desencadear espaços de discussão sobre a ética profissional entre os psicólogos, que de um modo geral não dispõem desses espaços no seu cotidiano de práticas”, afirmou Nélio. Ele salientou também que, embora a prática do profissional psicólogo seja o alvo das reflexões, as oficinas não estão restritas apenas a estudantes e profissionais de psicologia, podendo ser estendidas a todos aqueles que estejam ou tenham sido afetados por essa prática, na sociedade em geral.



Ao final do encontro, os presentes fizeram uma avaliação sobre a metodologia empregada e falaram sobre a sua importância. A conselheira Ana Paola Frare destacou o fato de a oficina proporcionar um debate que “provoque a argumentação e não coloque uma verdade sobre os assuntos discutidos”. A conselheira Rosilene Cerqueira concordou com Ana Paola, afirmando “ser importante que os participantes reconheçam que existem vários ângulos de todos os assuntos e levem reflexões sobre as supostas verdades absolutas”. O conselheiro Nélio Zuccaro ainda salientou a importância de seguir as sugestões de debate trazidas por cada participante durante as oficinas,

possibilitando ao CRP-RJ fomentar outros debates e eventos sobre essas temáticas.

As oficinas “Ética para além das normas” já fizeram parte da programação dos eventos preparatórios do Congresso Regional de Psicologia (COREP) nos municípios de Nova Friburgo, Resende e Campos dos Goytacases. Confira a programação das próximas oficinas no site do CRP-RJ (www.crprj.org.br).

Universidades e instituições interessadas em debater a ética profissional e a prática da Psicologia que desejarem realizar essas oficinas devem entrar em contato com a COE pelos telefones (21) 2139-5436 e (21) 2139-5437.

☐ MUDOU-SE
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
☐ PORTEIRO OU SÍNDICO
☐ FALECIDO
☐ AUSENTE
☐ NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ____/____/____

EM ____/____/____
CARTEIRO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280



Impresso Especial
050200039-2/2001-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO
...CORREIOS...